

Ecologistas criticam ações do governo brasileiro para o setor

O discurso feito segunda-feira pelo presidente Fernando Henrique, durante abertura da sessão especial da ONU convocada para avaliar a herança da Rio-92, foi duramente criticado por ambientalistas brasileiros. "Foi bem-feito, mas totalmente distanciado da nossa realidade", afirmou o secretário-executivo do Instituto Sociambiental, João Paulo Capobianco.

"Ao contrário do que pareceu, não temos motivos para comemorar", disse o diretor-executivo do Fundo Mundial para a Natureza, Garo Batmanian. Especialistas garantem que, durante o governo Fernando Henrique, houve retrocesso na área ambiental.

Batmanian citou como exemplo o Protocolo Verde. "Essa iniciativa louvável do governo não progrediu, como foi dito durante o pronunciamento." Pelo protocolo, instituições financeiras somente liberariam empréstimos para empreendimentos que não provocassem impacto ambiental. "A medida não exige grandes recursos", explicou Batmanian. "Mas até hoje não está funcionando como deveria."

Capobianco também critica a atuação do governo. Segundo ele, o governo liberou 43% do or-

çamento do Ministério do Meio Ambiente — o equivalente a R\$ 289 milhões — para a construções de açudes de irrigação. "A verba foi destinada principalmente para Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Goiás, para irrigação de monoculturas de soja, o que provoca grande impacto ambiental", denunciou.

Batmanian e Capobianco disseram, ainda, que os índices de desmatamento voltaram a subir na Amazônia. Entre 1992 e 1994, a taxa anual aumentou 34%. Os números referentes a 1995 e 1996 ainda não são conhecidos. "O governo nega-se a gastar US\$ 1,5 milhão para ter esse levantamento", informou Batmanian. Segundo ele, no entanto, há fortes indícios de que os números nos últimos dois anos subiram ainda mais.

Para o coordenador do Programa da Amazônia da entidade Amigos da Terra, Roberto Smeraldi, há vários pontos que precisam ser melhorados. Smeraldi acredita que o Ministério do Meio Ambiente deveria ter maior integração com os demais ministérios. Além disso, ele diz que não há definição do papel do ministério e de suas instituições. Outro problema: a falta de coerência entre discurso e prática.